



DIREITOS / Mudança do nome nas documentações oficiais para pessoas transexuais requer menos burocracia, mas continua cara. Apesar dos avanços, Brasil ainda lidera no ranking da violência contra essa população

Os desafios de ser quem se é

» ISABEL DOURADO*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Nome é como uma porta de entrada, com o qual o indivíduo se reconhece e se apresenta diante da sociedade. O estudante de educação física Ícaro Santana Brandão, de 26 anos, precisou de muita coragem para mudar seu nome de batismo, em 2020. O maior impedimento sempre foi o medo. “Eu sempre pensava nisso, mas tinha muito medo, não sabia como minha família iria reagir e eu queria esperar o momento ideal. Mas depois eu pensei: não tem momento certo pra isso. Eu tive que fazer, e a coisa foi caminhando. O medo é um processo que você vai vencendo todo dia”, conta.

Há pouco mais de dois anos, para que uma pessoa trans pudesse ter o nome que ela escolheu nos documentos de identificação, era necessário entrar com uma ação judicial. Além de dispendioso

e recursos, não era incomum que o pedido acabasse frustrado, sem que se conseguisse alterar o campo “gênero” nos documentos.

Além disso, para viabilizar a troca de nome, era preciso anos de acompanhamento psicológico e hormonioterapia e, muitas vezes, cirurgias de redesignação sexual. A história mudou em março de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a importância de retirar a obrigatoriedade da cirurgia e a solicitação judicial para a retificação do nome.

Agora, basta ir até o cartório, se autoidentificar uma pessoa trans e alterar o nome e o gênero. Foi o que Ícaro fez. Mas mesmo com a diminuição das barreiras, não foi um processo simples. Além dos próprios percalços internos, Ícaro precisou enfrentar a burocracia ainda existente. O jovem iniciou essa caminhada rumo à nova identidade pouco mais de dois anos em Brasília, onde reside atualmente. Ele, que é natural

de Bonfinópolis, Minas Gerais, foi a um mutirão gratuito da Defensoria Pública do Distrito Federal, mas, por não ter nascido na capital, alguns entraves apareceram.

“No mutirão, a gente mandava os documentos e eles mudavam tudo. Mas eu tive que ir à minha cidade, Bonfinópolis. Só tem jurisdição aqui e eles não poderiam mudar minha certidão, já que eu não era daqui. Eles disseram que eu podia mandar meus documentos para um cartório e eles despachariam para Minas Gerais, mas esse processo ficaria muito mais burocrático”, conta Ícaro, que aproveitou o momento de visita à família no estado mineiro para fazer a retificação do nome. “Tive que pagar uma taxa de quase R\$ 400”, relatou.

A certidão de nascimento é o primeiro documento que atesta a nova identidade de uma pessoa transexual. Mas, para adquirir o registro no novo nome, Ícaro precisou pagar por uma série

de documentos que precisavam ser arquivados.

“Você tem que pagar para tirar uma certidão de nascimento atualizada. Teve uma série de arquivamentos de documentos. Quando eu cheguei, as próprias pessoas que me atenderam não sabiam como era o processo, então elas tiveram que pesquisar lá na hora. Eu mudei meu nome no ano passado no final de dezembro. E a única coisa que eu tenho até agora com a retificação do meu nome é o CPF; o RG e a certidão de nascimento. Não sei como vão ficar os outros documentos.”

Garantias de direitos

A defesa e a garantia dos direitos constitucionais e dos direitos fundamentais de grupos minoritários — essenciais para o combate de injustiças e preconceitos — é função do STF. É o que ressaltou a advogada e professora na pós-graduação em direito civil da Universidade Mackenzie Diana Karam Geara.

“A Constituição Federal de 1988 segue diretriz neoconstitucionalista, ou seja, em que há uma releitura da ideia clássica e rígida da separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), permitindo o chamado ativismo judicial em defesa dos valores constitucionais. É por esta matriz neoconstitucional que a Constituição abre portas entre direito e moral e instrumentaliza uma leitura contemporânea de novas demandas existentes na sociedade”.

Todas as vezes que houver lei, ou ausência de lei, que coloque em risco os direitos de grupos minoritários, o Poder Judiciário deverá agir na intenção de reequilibrar a representatividade majoritária e fazer valer os valores da Constituição. Geara afirma que a inércia da sociedade e do Poder Judiciário implica em convivência com as violências que a comunidade LGBTQI+ vem sofrendo.

“É impossível ignorar a violência física e simbólica a que diariamente a população trans do país está submetida, e, diante do conservadorismo vigente nos Poderes Legislativo e Executivo, ou a sociedade repensa seus representantes nas próximas eleições ou o

Arquivo pessoal



Ícaro precisou vencer barreiras para ter sua nova identidade registrada

Poder Judiciário terá que continuar atuante na tentativa de reequilibrar a democracia”, frisou.

Violência

São inegáveis os avanços rumo aos direitos das populações minorizadas. Mas, em contrapartida, o Brasil ainda é o país que lidera o ranking de violência transfóbica, com o maior número absoluto de mortes no cenário mundial. Pelo menos 140 pessoas trans foram assassinadas no Brasil só em 2021, sendo 135 travestis e mulheres transexuais e cinco homens trans e pessoas transmasculinas. Em seguida, o levantamento aponta o México (65) e Estados Unidos (53) como os países mais violentos contra essa população. Os dados constam no dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Um estudo feito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em 2020 aponta que 1,9% da população brasileira é composta por pessoas trans ou não binárias, totalizando cerca de 4 milhões, conforme a estimativa feita

pelo Banco Mundial. A pesquisa considerou entrevistados em 129 municípios de todas as regiões do país. Mas, para essas 4 milhões de pessoas, o preconceito e a violência atuam diminuindo a expectativa de vida desse grupo, que é de apenas 30 anos — muito abaixo daquela apontada pelo IBGE para o brasileiro médio, de quase 75 anos.

A violência começa cedo. Para Daniele Macedo, 21, que se identifica como travesti, as memórias das agressões vividas quando criança ocupam um espaço em sua trajetória. Por conta do preconceito, Daniele demorou anos para saber que, na verdade, poderia não necessariamente se identificar como um garoto.

“A gente fala muito que a transfobia não é nossa, a transfobia vem dos outros. A sociedade precisa aprender a nos respeitar, enquanto pessoas. A gente tem que entender que as pessoas trans estão em outros lugares e são necessárias, e a sociedade tem que começar a aceitar isso como algo justo para nós”, defendeu.

*Estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Como funciona a troca de nome no Brasil?

Para pessoas transgênero, a alteração do nome pode ser solicitada diretamente em qualquer cartório civil que realize registros de nascimento, casamento e óbito. Confira os requisitos:

- Apenas os maiores de 18 anos podem requerer a alteração diretamente no Registro Civil;
- Não é possível alterar, incluir ou excluir sobrenomes;
- O registrado deve ir pessoalmente ao cartório, não pode solicitar a terceiros;
- O processo tem um custo, e não há possibilidade de gratuidade;
- Devem ser apresentados os seguintes documentos:
- Certidão de nascimento atualizada;
- Certidão de casamento atualizada, se já foi casado(a);
- Cópia do RG;
- Cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda;
- Cópia do título de eleitor;
- Comprovante de endereço.



Valdo Virgo/D.A Press

>> DE UNO www.correiobraziliense.com.br

Mulher acusada de envenenar enteado

A defesa de Cíntia Mariano Dias Cabral, acusada de envenenar a comida do enteado, afirma que considera a prisão da mulher “extremamente precipitada”. Presa desde sexta-feira (20), Cíntia deve passar pela audiência de custódia já neste domingo. “Estamos aguardando a audiência de custódia para tomar as medidas legais cabíveis a respeito de sua liberdade”, afirmam os advogados Carlos Augusto e Raphael Souza. Um dos filhos de Cíntia contou à 33ª DP (Realengo) que a mãe admitiu ter colocado “chumbinho no feijão do prato” do jovem de 16 anos. A conversa teria ocorrido em casa, após ter buscado a mãe no hospital, já que ela teria passado mal.

Grupo para estudar “variola dos macacos”

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) constituiu uma Câmara Técnica Temporária de pesquisa denominada Câmara Pox MCTI, para acompanhar os desdobramentos científicos sobre o vírus monkeypox, conhecido como “variola dos macacos”. Com registro de casos no Reino Unido, Portugal, Espanha e Estados Unidos este mês, o governo optou por criar o grupo, embora ainda não haja registros de casos no Brasil. Integram o grupo sete especialistas brasileiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Feevale. Os pesquisadores produziram dois informes técnicos sobre a doença, com as principais formas de contágio e as informações disponíveis sobre os casos em outros países.

Reprodução/CBMDF



Garimpeiros detidos na Amazônia

Liderança na Terra Indígena Baú, no Pará, Mydjere Mekrãgnotire, afirma, em vídeo gravado ontem, por celular, que nove garimpeiros estão detidos em aldeia, após tentativa de reativação de garimpo ilegal. “Nesse momento, o cacique e o guerreiro estão lá, eles prenderam nove garimpeiros e a qualquer momento pode acontecer derramamento de sangue por causa do garimpo ilegal”, denunciou. Mekrãgnotire diz, ainda, que órgãos competentes foram acionados há quatro dias, mas ainda não deram respostas. “Cadê o Ministério Público? A Funai? A Polícia Federal?”. As lideranças querem a presença da Polícia Federal para retirar os invasores detidos.

Onça encontrada em vestiário

Uma turma que disputava uma partida de futsal na Escola CAIC, em Nova Lima (MG), foi surpreendida pela presença de uma onça-parda, na manhã de ontem. O animal foi encontrado escondido dentro de um vestiário da Escola Martha Drummond. A onça foi descoberta por um aluno que foi até o vestiário e percebeu que havia um animal no local, de tamanho diferente de outros vistos por ali, como cachorros. Acionados por volta das 10h55, o Corpo de Bombeiros conseguiu manter a onça no vestiário em segurança. A Polícia Militar e agentes do núcleo ambiental da corporação também estavam no local e ajudaram a ONG Asas e Amigos a fazer a retirada segura do animal, que foi sedado. Ninguém ficou ferido.

Mega-Sena acumula e vai a R\$ 65 milhões

A Caixa Econômica Federal sorteou, na noite de ontem, as seis dezenas do concurso 2483 da Mega-Sena. Os números foram: 20-34-38-40-49-54. Não houve acertadores. O próximo concurso tem prêmio previsto de R\$ 65 milhões. O concurso 5859 da Quina teve as seguintes dezenas: 31-36-46-53-66. Os demais resultados podem ser consultados no site do **Correio Braziliense**.